

AÇÃO COLETIVA COMO FORMA DE AGREGAÇÃO NO SISTEMA AGROINDUSTRIAL DA AQUICULTURA DE MARIPÁ-PR

Andreia Helena Pasini¹

Carla Maria Schmidt²

Weimar Freire da Rocha Jr³

Marialva Tomio⁴

PASINI, A. H.; SCHMIDT, C. M.; ROCHA JR, W. F. da; TOMIO, M. Ação coletiva como forma de agregação no sistema agroindustrial da aquicultura de Maripá-Pr. *Rev. Ciênc. Empres. UNIPAR*, Umuarama, v. 18, n. 2, p. 207-228, jul./dez. 2017.

RESUMO: Este artigo tem como tema a ação coletiva desenvolvida pelos agricultores familiares da Cidade de Maripá, no estado do Paraná. O objetivo da pesquisa foi compreender quais os benefícios que tornam a ação coletiva uma estratégia viável para os produtores da AQUIMAP ao longo do tempo, identificando quais as variáveis que apresentam influenciam sobre a viabilidade da iniciativa coletiva investigada. Como objeto de estudo, investigou-se o sistema agroindustrial da piscicultura, especificamente a Associação de Aquicultores de Maripá (AQUIMAP). Os dados empíricos foram coletados através de entrevistas (que foram gravadas e transcritas), questionários aplicados aos produtores e registros. Esses dados foram coletados com os associados da AQUIMAP e com o técnico da EMATER da cidade. Os dados foram analisados de forma descritiva. Os resultados apontaram que a maioria das variáveis estudadas é positiva para a ação coletiva em estudo.

PALAVRAS-CHAVE: Ação coletiva; Benefícios; Sucesso.

THE COLLECTIVE ACTION AS A FORM OF AGGREGATION AT AGRIBUSINESS SYSTEM AQUACULTURE OF MARIPA-PR

ABSTRACT: This article has as its theme the collective action developed by family farmers of the city of Maripá, in the state of Paraná. The objective of the research was to understand what the benefits that make the collective action a viable strategy for the producers of AQUIMAP over time, identifying the variables that

DOI: 10.25110/receu.v18i2.5185

¹Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (2013). andreiahpasini@hotmail.com

²Doutora em Administração pela FEA / USP. c.m.schmidt@bol.com.br

³Doutor em Engenharia de Produção pela Universidade Federal de Santa Catarina. andreiahpasini@hotmail.com

⁴Pós-doutorada em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (EA/UFRGS). andreiahpasini@hotmail.com

have influence on the viability of the collective initiative investigated. As object of study, we investigated the agroindustrial fish farming system, specifically the Association of Fish Farmers of Maripá (AQUIMAP). Empirical data were collected through interviews (which were recorded and transcribed), questionnaires applied to producers and records. These data were collected with the associated AQUIMAP and with the city of EMATER Technician. The data were analyzed in a descriptive way. The results showed that the majority of the variables analyzed is positive for collective action in study. Still meets highlight that the collective action obtains success over time, and the small family producers has remained with the production of fish.

KEYWORDS: Benefits; Collective Action; Success.

ACCIÓN COLECTIVA COMO FORMA DE AGREGACIÓN EN EL SISTEMA AGROINDUSTRIAL DE LA ACUICULTURA DE MARIPÁ-PR

RESUMEN: Este artículo tiene como tema la acción colectiva desarrollada por los agricultores familiares de la Ciudad de Maripá, en el estado de Paraná. El objetivo de la investigación ha sido comprender cuales los beneficios que hacen la acción colectiva una estrategia viable para los productores de la AQUIMAP a lo largo del tiempo, identificando cuales las variables que presentan influencias sobre la viabilidad de la iniciativa colectiva investigada. Como objeto del estudio se investigó el sistema agroindustrial de piscicultura, específicamente la Associação de Aquicultores de Maripá (AQUIMAP). Los datos empíricos han sido recolectados a través de entrevistas (que fueron grabadas y transcriptas), cuestionarios aplicados a los productores y registros. Esos datos fueron colectados con los asociados de la AQUIMAP y con el técnico de la EMATER de la ciudad. Los datos fueron analizados de forma descriptiva. Los resultados apuntaron que la mayoría de las variables estudiadas es positiva para la acción colectiva en estudio.

PALABRAS CLAVE: Acción colectiva; Beneficios; Éxito.

1 INTRODUÇÃO

A crescente concorrência e várias mudanças estruturais que ocorreram nas últimas décadas, fizeram com que o pequeno produtor apresente dificuldades em ser competitivo. A agricultura familiar emprega a agricultura familiar emprega quase 75% da mão-de-obra no campo (IBGE, 2009) e tem grande responsabilidade pela segurança alimentar dos brasileiros. No entanto, apesar de sua capacidade produtiva, tem pouco acesso à terra, ao crédito e às inovações tecnológicas (RAUPP, 2012). Frente a este contexto, os atores familiares passaram a adotar estratégias de cooperação horizontal como alternativa para a sua permanência no campo (BIALOSKORSKI NETO, 2000).

Segundo Sachs (2003), as ações coletivas podem ser apresentadas com diferentes formas de associativismo, desde a criação de entidades de representação política e sindical, até como compras em comum. Os pequenos produtores possuem diversas dificuldades, que podem ser superadas por meio das iniciativas coletivas.

Percebe-se, que, quando se trata de pequenos produtores, as iniciativas de cooperação horizontal, neste estudo, tratadas também como ações coletivas, parecem desempenhar um papel fundamental. A partir dessas ações, os atores familiares conseguem estabelecer melhores condições de negociação a montante e a jusante de seu estágio de produção, com vistas a facilitar a adaptação desse segmento a ambientes dinâmicos e a novos padrões de competitividade (SACHS, 2003).

Uma das alternativas para a permanência dos atores familiares no campo como forma de inserção na economia de mercado é a piscicultura. Essa atividade demanda de áreas menores, gera boa rentabilidade aos pequenos produtores, além de possibilitar o resgate da agricultura familiar (SOUZA, 2006).

A agricultura representa um importante setor da economia brasileira e se caracteriza pela diversidade na sua organização e estrutura interna, no que se refere à disponibilidade de uso e distribuição dos recursos – terra, capital e trabalho (GERARDI ; SALAMONI, 1994).

Porém, as constantes mudanças no cenário mundial e a grande competitividade do mercado demonstram que o produtor rural, principalmente o familiar, deve encontrar meios de se tornar viável, por meio de uma comercialização adequada de seus produtos, da redução de custos, objetivando manter a viabilidade da propriedade (CARNEIRO, 2008).

Neste sentido, é importante destacar que essas mudanças socioeconômicas que aconteceram pela globalização impactaram também a agricultura familiar, que foi forçada a aplicar as novas metodologias e métodos de cultivo, com o objetivo de aumentar a produtividade e a produção (BORILLI et al., 2013).

Dessa forma, o pequeno produtor busca diferentes formas de adaptar-se às mudanças que aconteceram com a modernização para se manter na atividade agrícola, como a pluriatividade, a agricultura em tempo parcial, a habilidade de penetrar em nichos de mercado, a especialização na produção e a inserção em mercados locais ou especializados (BORILLI; DONIN, 2009).

Assim, uma das maneiras possíveis, de se gerar resultados positivos, está na formação de estruturas organizacionais diferenciadas, como a implantação da cooperação horizontal entre os produtores. Saes e Farina (1998) entendem que a cooperação representada pelas associações de interesse privado tem uma importante contribuição para a coordenação e o aumento da competitividade dos sistemas produtivos. Contribuindo com este argumento, para Machado *et al.*

(2007), quando as associações de interesse privado são tratadas como uma rede horizontal, é possível compreendê-las como uma ação coletiva, com capacidade para consolidar um espaço propício para o desenvolvimento de fatores que podem gerar força competitiva para os membros participantes.

As organizações que coordenam ações coletivas passam a mediar conflitos de interesses e monitoramento de ações de seus membros. Assim, a ação coletiva busca defender a lucratividade dos participantes, além de pressionar mudanças no ambiente institucional, a partir da representação dos interesses dos participantes junto ao governo e a sociedade (MACHADO FILHO; ZYLBERS-ZTAJN, 1998).

Percebe-se assim, que as formas de cooperação estão sendo foco de estudos, pois podem aumentar a rentabilidade dos produtores e aumentar seu poder de comercialização. Porém, vale dizer que nem todas as iniciativas coletivas têm sucesso. Muitas associações ou cooperativas que se iniciam com objetivos compartilhados, acabam falhando, o que acarreta, muitas vezes, no fechamento da ação coletiva.

Acredita-se que as razões do sucesso da ação coletiva possam estar relacionadas a algumas características específicas de cooperação. Neste sentido, esta pesquisa justifica-se ao propor um avanço nos estudos que buscam a viabilidade das ações coletivas e da agricultura familiar. Espera-se, aqui, a partir de uma iniciativa de cooperação, compreender quais variáveis são relevantes para o sucesso dessas estratégias.

O estudo da AQUIMAP é viável para tal propósito, pois a referida associação é uma experiência bem-sucedida do associativismo no Oeste do Paraná. Ela foi criada em 1997, com o objetivo de auxiliar o desenvolvimento do município de Maripá, que tinha uma pequena produção de peixes naquele momento, apesar de apresentar grande potencial. Além disso, a associação é responsável pela capacitação dos produtores, oferecendo cursos profissionalizantes e aperfeiçoamento, além de viagens e visitas técnicas. Atualmente, a associação possui 34 piscicultores, que foram responsáveis por uma produção anual de 2.665.000 toneladas no ano de 2010/2011 (EMATER, 2012).

Face a esta problemática, este artigo pretende responder ao seguinte objetivo: Compreender quais os benefícios tornam a ação coletiva uma estratégia viável para os produtores da AQUIMAP ao longo do tempo, identificando quais as variáveis que apresentam influência sobre a viabilidade da iniciativa coletiva investigada.

2 REVISÃO DE LITERATURA

2.1 Implicações das iniciativas de Cooperação Horizontal

Existe uma vasta discussão no campo das ciências econômicas, sociais e políticas sobre os fundamentos das estratégias de cooperação, como forma de garantir, de maneira mais articulada, agregação de valor e acesso dos pequenos produtores aos canais de comercialização. Porém, existe uma lacuna no que tange as explicações sobre os interesses comuns que unem os grupos e que os façam sobreviver no longo prazo. Assim, nesta seção pretende-se discutir as diferentes vertentes que discutem o tema, com o intuito de compreender por que algumas cooperações horizontais se sustentam no longo prazo e outras não.

As organizações estão inseridas em um contexto de mudanças e adequações a um novo sistema de relações econômicas, que são resultantes, muitas vezes, do processo de globalização. Esse novo contexto exige o aumento da produtividade, a redução de custos, a melhoria dos produtos, o desenvolvimento de novas tecnologias, além da necessidade da adoção de novas estratégias e posicionamentos (KLOTZE, 2002).

Assim, uma das formas encontradas pelas organizações, como resposta a esse contexto competitivo é a cooperação (LENZ, 2007). As relações de cooperação visam a reduzir os custos de transação relativos aos processos de inovação, oferecendo a possibilidade de dispor de novas tecnologias, além do aumento da eficiência econômica e competitiva (OLAVE; AMATO NETO, 2001). Dessa forma, a cooperação por meio da união de esforços, passou a ser considerada uma alternativa para as organizações.

No meio rural, observa-se que cada vez mais os agricultores vêm adotando estratégias de cooperação horizontal. O associativismo, como forma de cooperação horizontal, pode ser considerado um instrumento de luta dos pequenos produtores, que proporciona a permanência na terra (RICCIARDI; LEMOS, 2000).

Para a teoria econômica, as estratégias de ação coletiva surgem em função de que os ganhos coletivos superam uma ação individual. Para Olson (1999), a principal motivação para as pessoas se unirem decorre do fato de que os ganhos da cooperação são maiores do que os de agir individualmente.

Mancur Olson, em 1965, com sua obra intitulada “*The logic of Collective Action*” estabelece pela primeira vez uma explicação econômica para a formação de grupos (NASSAR, 2001). Segundo Orenstein (1998), foi Olson que estabeleceu o início do debate contemporâneo sobre ação coletiva. Até então, era aceito pelas diversas escolas do pensamento científico que indivíduos racionais, com interesses compartilhados, agiriam da mesma maneira que um agente racional único na busca destes objetivos. Porém, Olson mostra que esta não é

uma premissa verdadeira. “Não é fato que só porque todos os indivíduos de um determinado grupo ganhariam se atingissem seu objetivo grupal eles agirão por esse objetivo, mesmo que todos eles sejam pessoas racionais e centradas no seu próprio interesse” (OLSON, 1999, p.14). Para ele, o comportamento dependerá de diversas características do grupo.

Olson (1999) baseou sua análise da ação coletiva na teoria econômica, e sustentou que não existe sentido de integração em um grupo, se é possível que uma ação individual independente atenda aos interesses do indivíduo.

Como há vantagens em agir de forma coletiva, é difícil imaginar que em uma situação em qual exista um objetivo a ser perseguido e um grupo de pessoas que estão dispostas a alcançar esse objetivo, ainda assim exista a falta de disposição de alguns em cooperar. No entanto, para Olson (1999), isso é possível, pois existe a presença do *free rider* (carona), que acaba muitas vezes inibindo a ação do grupo.

Segundo Alcântara (2003), o *free rider* é um indivíduo racional, que defende seus interesses individuais, sendo assim, é egoísta, e deseja ganhar com a promoção do bem público, sem que para isso, precise ajudar em sua produção.

Segundo Olson (1999), em grupos grandes, há tolerância a presença do *free rider*, mais do que haveria em pequenos grupos. Para Brito (2001), o *free rider* representa o oposto do que é cooperação, já que ele não se preocupa com os objetivos comuns.

Outra contribuição importante no que diz respeito à ação coletiva, é dada por Elinor Ostrom (2007), que se concentra em descobrir por que os indivíduos cooperariam numa espécie de “dilema social”, quando poderiam continuar livres em relação às contribuições dos outros.

Complementarmente, Ostrom (2007) alerta que é importante compreender as variáveis que afetam a probabilidade de sucesso ou falha das ações coletivas. Primeiramente, chama atenção para os fatores relacionados ao núcleo de relacionamentos: reputação, confiança e reciprocidade. Em situações onde os indivíduos têm reputação, os demais indivíduos aprendem a depositar nele confiança, assim, a reputação determina a confiança.

Entretanto, a pesquisadora destaca que o termo “ações coletivas” é complexo, pois as variáveis centrais apresentadas também são afetadas por outros fatores, denominados por ela de variáveis estruturais, que não dependem essencialmente de uma situação repetitiva. Essas variáveis principais incluem: a) número de participantes envolvidos; b) se os benefícios são subtraídos ou totalmente compartilhados; c) heterogeneidade dos participantes; d) possibilidade de comunicação face a face. As demais variáveis estão sujeitas a situações em qual a repetição torna possível o impacto das mesmas, que são: a) informações sobre ações passadas; b) como os indivíduos estão ligados; c) se as pessoas podem

entrar ou sair voluntariamente do grupo (OSTROM, 2007).

Outra análise é realizada por Olson (1999), que apresenta o número de envolvidos na ação coletiva sendo como importantes para seu sucesso ou falha. Segundo o autor, quanto menores forem os grupos, mais eficientes eles serão, pois em grupos menores a atuação do carona é mais difícil. Além disso, segundo o autor, quando existe a heterogeneidade entre os participantes, acredita-se que haverá maior inovação. Nesses grupos ocorrem mais conflitos do que os em grupos homogêneos, da mesma forma que nos grupos mais homogêneos existe um relacionamento amistoso entre os participantes, e uma inovação menor. Segundo o autor, os grupos heterogêneos são os que agregam mais valor para as ações coletivas, pois nesses grupos há maior inovação.

Tanto a abordagem de Ostrom como a de Olson trouxeram significativas contribuições para o tema. Para Ostrom (2007), a pesquisa sobre a ação coletiva é um desafio tanto em termos de obtenção de precisão e dados consistentes, mas também devido ao grande número de variáveis que podem, potencialmente, afetar qualquer tipo de ação coletiva. Já Olson (1999), ao analisar a ação coletiva, procurou analisar a racionalidade das pessoas, investigando a racionalidade individual versus a coletiva (SCHMIDT, 2010). Além disso, esse autor discute as diversas características dos grupos que podem levar ao sucesso de uma iniciativa coletiva, as quais são discutidas com mais profundidade na seção que segue.

2.2 As especificidades dos grupos e sua relevância na cooperação

Um dos primeiros aspectos abordados por Olson é o tamanho do grupo. Para Olson (1999), os grupos menores são mais eficientes e, podem promover benefício coletivo, simplesmente pela atração individual que o benefício tem para cada um dos membros. A maior eficiência dos grupos pequenos está relacionada a três fatores principais: a) quanto menor o grupo, maior é a percepção que os atores têm do benefício alcançado pelo trabalho de cada agente; b) o *free rider* fica mais evidente em grupos menores e c) quanto menor o grupo, menores os custos envolvidos para organizar a ação coletiva (OLSON, 1999).

Assim, para Olson (1999), os grupos menores têm mais chance de prosseguir com a parceria, pois à medida que o número de pessoas aumenta, o incentivo para colaborar e para atingir os objetivos diminui. Quanto maior for o grupo, mais longe ele ficará de atingir o ponto ótimo de obtenção do benefício coletivo e menos provável será que ele atue para obter, até mesmo, uma quantidade mínima desse benefício. Em síntese, “quanto maior for o grupo, menos ele proverá seus interesses comuns” (OLSON, 1999, p. 48).

No entanto, na visão do autor, são necessários incentivos para que os agentes participem da ação coletiva. Segundo ele, não são apenas os incentivos econômicos os únicos possíveis, além deles, existem os incentivos sociais ou

psicológicos. “As pessoas algumas vezes sentem-se motivadas também por um desejo de prestígio, respeito, amizade e outros objetivos de fundo social e psicológico” (OLSON, 1999, p. 72). Esses incentivos podem ser positivos e negativos.

Outra característica dos grupos refere-se à heterogeneidade de interesses dos seus integrantes. Estudo desenvolvido por Nassar e Zylbersztajn (2004) discute o tema da seguinte forma: como um bem coletivo, uma vez produzido, teoricamente não oferece restrições de acesso ao grupo, torna-se relevante considerar o valor e o custo de produção deste bem. Se o tamanho do grupo for reduzido e homogêneo, o valor atribuído ao bem coletivo será o mesmo para todos os membros. De outro modo, havendo heterogeneidade de interesses, o valor atribuído ao bem coletivo tende a divergir, influenciando negativamente na coesão do grupo.

Todavia, apesar das dificuldades observadas decorrentes da heterogeneidade do grupo ou de interesses dos integrantes do grupo, esta característica apresenta um lado positivo, quando esta análise realiza-se sob a ótica das estratégias de acesso a novas informações, discussão proposta por Granovetter (1973, 1985) ao abordar a relevância dos laços sociais.

2.3 Laços Fortes e fracos e suas relações na cooperação

Granovetter em 1973, em seu artigo “*The strength of weak ties*”, apresenta uma contribuição importante sobre o conceito de laços fracos e fortes dentro de uma rede social. Para o autor, a força de cada laço, envolve várias combinações de fatores, como a intimidade, a reciprocidade, a intensidade emocional, o tempo, entre outros.

Segundo Granovetter (1973), existem laços fortes e fracos. Os fortes são caracterizados por relações que envolvem além de confiança, a reciprocidade entre as pessoas, ocorrendo geralmente entre vizinhos, amigos e familiares. Como nesses laços fortes existe homogeneidade, há pouca agregação de valor, no sentido de busca de recursos.

Por outro lado, os laços fracos são de grande importância, apesar de que nestes a confiança e a reciprocidade não são tão marcantes. São esses laços os responsáveis pelo alcance de novas informações, novas oportunidades e também da integração dos indivíduos em grupos diferentes. Outro fator importante é que quando existem laços fortes, os relacionamentos podem ficar desgastados e a inovação é praticamente inexistente. No entanto, vale ressaltar que nem todos os laços fracos agregam valor (SCHMIDT, 2010). Fluxos de informações novas acontecem em laços fracos devido ao fato de que em laços fortes, as pessoas estão mais próximas, e como pertencem normalmente aos mesmos círculos, as informações que se tem acesso tendem a ser praticamente as mesmas (VILLAR, 2009).

Os laços fracos são indispensáveis para a existência de oportunidades individuais e para a integração dos indivíduos em uma comunidade. Assim, informações, novas ideias e novas oportunidades acontecem devido à existência de laços fracos, que são capazes de unir pessoas de grupos distintos. Dessa forma, é possível considerar os laços fracos importantes para a estrutura social (CÁRDENAS, 2007).

Outra contribuição importante de Granovetter ocorreu no ano de 1985, com o artigo intitulado “*Economic Action and Social Structure: the problem of embeddedness*”. Neste artigo, é apresentado o problema da imersão, no qual as relações sociais, de acordo com Granovetter (1985), afetam as relações econômicas. Dessa forma, tanto os comportamentos dos atores sociais, quanto às instituições são afetadas por elas.

Inicialmente, Granovetter (1985) traz uma colaboração teórica para o conceito de *embeddedness*, relacionando-a com a ação econômica. Segundo o autor, a sociologia contemporânea tem uma concepção de homem supersocializada, na qual, as pessoas são sensíveis às opiniões dos outros e obedientes aos sistemas de normas desenvolvidos consensualmente. No entanto, existe também a concepção do homem subsocializado, concepção atomizada da ação humana, em que há a rejeição do impacto da estrutura social e das relações sociais sobre a produção e consumo.

O conceito de imersão social proposto por Granovetter (1985) difere das outras duas concepções, pois leva em consideração os relacionamentos sociais para explicar decisões dos agentes econômicos. Para o autor, as decisões sempre são tomadas em um contexto de relacionamentos sociais. O comportamento e as instituições estão de tal forma imersos em processos de relações sociais, que não é possível tratá-los como aspectos independentes, pois isso levaria a sérias limitações na apreensão da dinâmica das atividades organizacionais (GRANOVETTER, 1985).

Para o autor, a vida econômica desde o início esteve imersa em relações sociais. Segundo ele, as análises convencionais negligenciam a identidade e as relações entre os negociantes, no entanto, para ele, as relações se tornaram fenômenos de mercado. Esses fenômenos caracterizam-se pelo enraizamento (*embeddedness*) das relações pessoais dos indivíduos nas ações econômicas de mercado (RAMOS, 2008). Dessa forma, os relacionamentos podem melhorar a qualidade da informação entre os atores, desencorajar a má-fé e aumentar o grau de confiança, pois há a tendência de que os atores prefiram transacionar com indivíduos de reputação conhecida. Neste sentido, essa visão reforça a importância dos grupos, uma vez que são influenciados pelos relacionamentos interpessoais dos membros e não apenas pela maximização dos interesses econômicos (RAMOS, 2008).

As teorias discutidas apresentam variáveis distintas que podem influenciar o sucesso ou falha de uma ação coletiva, essencial para a investigação do estudo de caso apresentado, porque, acredita-se que essas variáveis influenciam o desempenho da AQUIMAP. Observa-se que cada uma das teorias apresentadas busca a explicação da ação coletiva por um enfoque diferenciado. Sendo assim, é possível utilizá-las em conjunto para uma melhor explicação sobre os fatores que são fundamentais para o sucesso ou não de uma ação coletiva. A partir disso, um novo esquema foi elaborado, buscando unir as variáveis que podem ser consideradas semelhantes apresentadas pelos autores. Dessa forma, a Figura 1 apresenta a integração dos pressupostos dos autores apresentados no referencial teórico.

Quadro 1: Integração dos fatores identificados nas teorias de Ostrom, Olson, Granovetter

Integração dos fatores identificados em Ostrom; Olson; Granovetter
1 Disposição a cooperar = <i>free rider</i>
2 Reputação = informações passadas;
3 Grupos maiores/menores = número de participantes;
4 Homogeneidade/heterogeneidade = laços fortes/fracos = ligação entre os indivíduos;
5 Reciprocidade;
6 Confiança;
7 Comunicação;
8 Benefícios subtraídos ou compartilhados;
9 Entrar e sair voluntariamente.

Fonte: Elaborado pelos autores, baseado em Ostrom (2007); Olson (1999) e Granovetter (1973; 1985).

A partir disso, entende-se que as necessidades comuns somente serão atendidas se todos os participantes da ação coletiva colaborarem, pois assim, os ganhos coletivos passam a superar os ganhos individuais. Acredita-se ainda, que para que a ação coletiva obtenha sucesso ou não, algumas variáveis são apontadas pela literatura são fundamentais, como apresentado no quadro 1.

Acredita-se que as abordagens teóricas apresentadas neste estudo são de grande importância para o entendimento do sucesso ou falha das ações coletivas. No entanto, observa-se que outro fator merece destaque, qual seja: a presença de um agente coordenador. Entende-se que um líder pode auxiliar no desenvolvimento de uma ação coletiva de sucesso.

O empreendedorismo coletivo é representado por diversas formas de

associativismo, como negócios familiares, sociedades, associações, cooperativas, entre outros. Devido a dificuldade que se observa nos pequenos produtores, de acesso ao mercado, comercialização da produção, compra de insumos agrícolas, o empreendedorismo coletivo pode ser uma alternativa para superá-las (SACHS, 2003).

Alguns autores como Farina (1999) e Nassar (2001) já perceberam que o líder coletivo é de grande relevância para as ações coletivas, por esse motivo, acrescentaram essa figura na ação coletiva como um indivíduo coordenador.

Assim, verificou-se que os fatores apontados pela literatura de cooperação como influentes sobre a ação coletiva são: 1) disposição a cooperar = *freerider*; 2) reputação = informações passadas; 3) grupos maiores/ menores = número de participantes; 4) homogeneidade/ heterogeneidade = laços fortes/ fracos = ligação entre os indivíduos; 5) reciprocidade; 6) confiança; 7) comunicação; 8) benefícios subtraídos; 9) liberdade para entrar e sair voluntariamente; 10) liderança/ empreendedor coletivo. Entende-se que essas variáveis assumem papel de grande importância para as iniciativas de cooperação horizontal, além de fornecerem aos grupos uma estrutura diferenciada, que pode ser capaz de gerar vantagem competitiva e incremento de renda aos produtores. Acredita-se que estes fatores complementam-se para a formação ideal dos grupos. Esta pesquisa busca compreender quais características são fundamentais para que a cooperação horizontal identificada em Maripá- PR, especificamente a Associação de Aquicultores de Maripá (AQUIMAP) obtenha sucesso.

3 METODOLOGIA

A pesquisa se classifica como qualitativa, pois de acordo com Malhotra (2001), é aquela que busca entender um fenômeno específico em profundidade. Para tanto, utiliza-se de descrições, comparações e interpretações. Segundo Denzin e Lincoln (2006), os fenômenos são estudados em seu cenário natural, na busca do entendimento que os indivíduos conferem ao cenário. A pesquisa qualitativa foi ideal para responder aos objetivos propostos neste estudo.

Para a análise das características das ações coletivas que obtiveram êxito, elegeu-se o estudo de caso como o mais pertinente ao estudo. Analisou-se a AQUIMAP, (Associação dos aquicultores de Maripá), como forma de obter as características relevantes para o associativismo entre produtores.

De acordo com Yin (2001) a utilização do estudo de caso único é utilizada quando o caso é decisivo para testar uma teoria, neste caso a teoria da ação coletiva. Neste estudo, as teorias da ação coletiva foram testadas, a fim de buscar confirmar as variáveis apresentadas pelos autores, como responsáveis pelo sucesso ou falha de uma ação coletiva a longo prazo. Assim, nesta pesquisa,

utilizou-se a abordagem qualitativa, com o caráter de estudo de caso. Em relação à coleta de dados, os procedimentos definidos para a pesquisa compreenderam o levantamento teórico das ações coletivas, das iniciativas de cooperação horizontal, o levantamento das atas das reuniões, assembleias, e documentos da AQUIMAP, documentos da EMATER. A coleta dos dados mais relevante se deu a partir dos dados primários, por meio de entrevistas que foram gravadas e transcritas e questionários realizados com produtores e técnicos. Finalmente, os resultados foram descritos, e confrontados com a teoria, por meio de uma análise descritiva.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 Benefícios da ação coletiva na AQUIMAP

A AQUIMAP gera benefícios que são percebidos pelos associados. Ressalta-se que essas informações sobre os benefícios da ação coletiva foram colhidas por meio dos questionários aplicados, da entrevista realizada com ex-presidente e das entrevistas realizadas com os piscicultores. Uma ação coletiva apenas se sustentará em longo prazo se os indivíduos que participam da ação coletiva entenderem que seus objetivos individuais estão sendo atendidos. Ou seja, a principal motivação para as pessoas se unirem, decorre do fato de que os ganhos da cooperação são maiores do que se os indivíduos agissem individualmente (OLSON, 1999). Os grupos menores são mais eficientes e podem promover o bem coletivo pela simples atração individual que o benefício promove para cada um dos membros. Assim, quanto menor o grupo, maior é a percepção que os atores têm do benefício alcançado pelo trabalho de cada agente.

Com base na pesquisa empírica, verificou-se que a cooperação propicia benefícios, que dificilmente seriam alcançados de forma isolada. A pesquisa revelou que alguns dos pequenos produtores inicialmente não tinham condições de produzir peixes em quantidade e com qualidade, o que tornava a atividade difícil. Individualmente, os produtores não eram capazes de produzir em grande escala, o que motivou o desenvolvimento da ação coletiva. Dessa forma, um dos benefícios percebidos pelos piscicultores com a coletividade, foi a possibilidade da produção de peixes em escalas maiores, bem como a comercialização de um produto de melhor qualidade. Os piscicultores atribuem à AQUIMAP as melhorias que aconteceram na atividade da região, pois é por meio da entidade que recebem auxílio da prefeitura para o cascalhamento das ruas que chegam até as propriedades; o que facilita a retirada da produção e a consequente comercialização dos peixes para grandes cooperativas. Se agissem de forma individual, a prefeitura não poderia auxiliá-los. Vale mencionar, que para os produtores, a AQUIMAP é uma entidade forte e séria, que atua frente as melhorias da piscicultura na cidade e região.

Inicialmente, o primeiro benefício recebido pelos produtores, foi a obtenção de uma carteirinha em parceria com o Governo do Estado. Tratava-se de uma credencial de agricultor, que servia para a compra de ração com um percentual de desconto, isso serviu de incentivo para o produtor, pois tinha acesso aos produtos com um valor menor do que o encontrado no mercado.

Além disso, as políticas públicas implantadas pelo Governo Municipal são de grande importância para a solidez da aquicultura da região. Entre elas, destacam-se: a lei do ano de 2000, que buscou auxiliar o desenvolvimento da atividade na cidade, possibilitando que os recursos advindos da prefeitura municipal fossem repassados a AQUIMAP, como mediadora dos produtores, fortalecendo ainda mais o associativismo. A Lei municipal 2005, que inseriu o peixe no cardápio destinado a merenda escolar no mínimo uma vez por semana, fomentando assim a comercialização de peixes na cidade. Outra Lei municipal foi sancionada em 2006, com o objetivo de melhorar a infraestrutura e aumentar a produção. O programa compreendeu orientações técnicas, cursos e treinamentos.

Além de atribuírem a AQUIMAP a melhoria da atividade, os produtores participantes da iniciativa coletiva vêm se sustentando em longo prazo, pois acreditam que a iniciativa vem trazendo benefícios. Observou-se que houve um incremento de renda para os produtores, de acordo com os questionários aplicados. Os produtores têm em média 30 a 50% de lucro com cada lote de peixe produzido.

Alguns produtores pararam de investir e produzir em outras atividades agrícolas para se dedicar somente a produção de peixes. Segundo um produtor entrevistado: “a produção de peixes me dá mais retorno, e preciso dedicar menos tempo ao trabalho, pois se estiver tudo dentro dos padrões, preciso apenas cuidar com os horários de alimentação, de oxigenação da água. Pouca coisa se comparado ao trabalho de plantar e colher”, Entrevistado A.

Outros produtores, que continuam com diferentes atividades em suas propriedades, relataram que o peixe é a atividade mais rentável que eles possuem. “Continuo produzindo soja, no entanto, a produção de peixes é sempre mais rentável. Devido a todo auxílio que recebemos, sempre obtenho os maiores ganhos com o peixe, estou até aumentando a quantidade de tanques na propriedade”, Entrevistado B.

Além do aumento de renda, vale destacar também que alguns produtores não dependem mais da utilização da saúde pública, pois passaram a ter acesso aos planos de saúde privado, o que pode caracterizar melhoria na qualidade de vida.

Outro benefício percebido pelos produtores é a assistência técnica oferecida pela Prefeitura Municipal por meio da AQUIMAP. Ou seja, os associados têm acesso a um técnico que visita as propriedades, dando instruções sobre como

produzir, a quantidade de ração necessária em cada mês, o pH da água, a oxigenação da água e outras informações relevantes para a produção. Além do técnico, os associados têm acesso ao maquinário, que é importante para a limpeza e escavação dos tanques para a produção de peixes. Esses benefícios são gratuitos e são recebidos apenas pelo piscicultor que fizer parte da ação coletiva, ou seja, associado da AQUIMAP.

Além dos ganhos já mencionados, é atrativo ser sócio, pois a rede de relacionamentos é de grande importância para a atividade. Os associados trocam experiências sobre os fornecedores a jusante e a montante da cadeia. Cabe destacar ainda a possibilidade de convênio com os produtores de alevinos, a obtenção da credencial de produtor, a participação em treinamentos, encontros e as viagens técnicas.

As constatações empíricas feitas até o momento demonstram que diversos são os benefícios percebidos pelos associados, indicando que a ação coletiva analisada é positiva e agrega valor ao associado.

Na próxima parte serão abordadas as discussões relacionadas às variáveis apontadas pela literatura de cooperação como influentes na ação coletiva.

4.2 Fatores que Influenciam na ação coletiva da AQUIMAP

Acredita-se que as características apontadas pela literatura de cooperação complementam-se para a explicação de porque algumas iniciativas de cooperação têm sucesso e outras não. Neste estudo empírico, foram identificadas as características da iniciativa que são responsáveis pela sua sustentação ao longo do tempo.

A primeira análise diz respeito à disposição a cooperar = *free rider*. Segundo Alcântara (2003), o *free rider* é racional, e defende seus interesses individuais, sendo assim, um ator egoísta. Deseja receber os benefícios, no entanto, não está disposto a ajudar. Sua presença reduz a eficiência coletiva. A presença do *free rider* dentro do estudo empírico é pouco percebida, uma vez que segundo Olson (1999), em grupos menores a atuação do *free rider* é mais evidente em grupos menores. Observou-se que em determinadas iniciativas coletivas nem todos os associados estão presentes, uns deixam de participar das reuniões de assembleias, outros não participam da Festa da Orquídea e do Peixe, o que poderia representar uma falta de preocupação dos atores com os objetivos comuns, buscando apenas os benefícios da ação coletiva. No entanto, em um contexto geral, os associados acreditam que aqueles que deixaram de participar de um evento têm justificativa, e isso não interfere na ação da AQUIMAP. Em suma, todos os associados são dispostos a cooperar.

Ao analisar a reputação = informações passadas, alguns aspectos importantes merecem ser destacados. Conforme Ostrom (2007), quando um indivíduo

tem reputação, os demais aprendem a depositar confiança neles, e a confiança é uma variável que pode levar ao sucesso ou falha da ação coletiva. De maneira geral, pode-se dizer que dentro do caso empírico a reputação é evidente, pois durante as reuniões, as informações são passadas de produtor a produtor, sobre a compra de insumos, fornecedores e compradores. Em um determinado momento, um associado relatou que não recebeu o pagamento dos peixes comercializados com determinado comprador, os demais ouviram o relato, e combinaram de que não venderiam para aquele comprador. A reputação negativa do comprador limitará suas compras para os associados, pois a falha com um associado gerou a desconfiança nos demais. Em relação aos associados, observou-se que todos se conhecem, são amigos, parentes, compadres, e essa relação de proximidade, faz com que a reputação seja importante, pois eles defendem uns aos outros, e a opinião dos mais próximos geralmente é acatada pelos demais; dessa forma, observou-se que a reputação é uma característica positiva no caso da AQUIMAP.

No que tange à variável chamada tamanho do grupo, para Olson (1999), quanto menores forem os grupos, mais eficientes serão em promover o benefício coletivo, simplesmente pela atração que o benefício tem para cada um dos membros. Na AQUIMAP, observou-se que o tamanho do grupo pode ser considerado pequeno, uma vez que são 34 associados, que trabalham conjuntamente para atingir aos objetivos que são propostos pela associação, ou seja, não se percebe a existência de indivíduos oportunistas. É fato que os entrevistados relataram que cada associado tem sua função dentro da associação. Alguns são da diretoria, outros por realizar os jantares fora da cidade, alguns por venderem os peixes na Semana Santa, outros pelos jantares realizados na cidade. Dessa forma, cada um desenvolve uma atividade, ficando difícil a ação do *free rider* na ação coletiva.

Em relação à presença de laços na ação coletiva, vale ressaltar que para Granovetter (1973), os laços fortes são caracterizados por relações que envolvem além da confiança a reciprocidade entre as pessoas. Nestes laços existe pouca agregação de valor, no sentido da busca de recursos. No entanto, no estudo, apesar de existir um grupo homogêneo, onde existe a confiança e a reciprocidade entre os participantes, existe também o alcance de novas informações, novas oportunidades, existindo assim a inovação. Apesar da teoria apresentar que nos laços fortes não há fluxos de informações, neste estudo, observou-se que existem trocas de informação. Nas assembleias, os produtores dialogam sobre seus fornecedores, sobre informações comerciais e sobre a produção.

Em relação à homogeneidade/heterogeneidade = laços forte/fracos, para Granovetter (1973), existem os laços fortes e os fracos. Os fortes são caracterizados por relações que envolvem confiança, reciprocidade entre as pessoas. Como nesses laços existe homogeneidade, há pouca agregação de valor. Os laços encontrados no caso empírico são fortes, pois se observou a existência

de grande confiança entre os associados, e ao contrário da teoria, apesar da existência de laços fortes, existe grande inovação dentro da associação, pois juntos buscam novas tecnologias, compartilham as informações, e buscam mediante de treinamentos e cursos novas formas de produção. Deve-se destacar também a homogeneidade percebida dentro da ação, os produtores na maioria apresentam a mesma descendência, são familiares, que trabalham na mesma propriedade, ou em propriedades próximas. as mesmas ideias, os mesmos objetivos, os valores.

Destaca-se ainda, que dentro da ação coletiva em estudo, a reciprocidade é positiva, uma vez que os associados participam das iniciativas coletivas que existem entre eles, como por exemplo, a disposição a auxiliar em eventos que são promovidos pela AQUIMAP, doando o trabalho como forma de auxiliar a entidade, sem exigir algo em troca. Para Ostrom (1998), não existe cooperação, sem reciprocidade, ou seja, sem o retorno ou o compartilhamento dos atores. Quanto mais reciprocidade e reputação, melhor será a cooperação entre os indivíduos. Dessa forma, observou-se que existe uma reputação positiva, bem como uma reciprocidade, existindo assim cooperação entre os produtores associados. Além disso, como há a presença de laços fortes, segundo Granovetter (1973), existe a reciprocidade.

Evidencia-se a confiança como um fator de estímulo para a ação coletiva, porque quando há confiança, há uma redução dos custos de negociação e facilmente se é cumprido acordos e contratos. Assim, quando um membro da associação elege seu representante, ele deposita sua crença no trabalho e confia que a execução acontecerá. Por isso, quando existe confiança, as relações tornam-se mais duradouras, pois os agentes se conhecem e a reputação de cada um está em jogo. Sabe-se que, quanto maior a confiança menor o oportunismo. A confiança é determinante na ação coletiva estudada, pois conforme o levantamento dos questionários, os produtores confiam na entidade, e afirmam que seu reconhecimento, faz a diferença para ele e para a região. Além da confiança entre os associados, observou-se que existe a confiança entre os associados e os técnicos da prefeitura e da EMATER, fazendo com que a presença de ambos nas reuniões seja um auxílio aos piscicultores, que em diversos momentos recorrem aos dois para a tomada de decisão.

A pesquisa evidenciou ainda que a comunicação é uma variável positiva no caso empírico, segundo Messik e Brewer (1983) citados por Kollock (1998) quando a comunicação é possível, as taxas de cooperação aumentam significativamente. Nesse sentido, observou-se que os associados se comunicam de maneira expressiva. Na reunião de diretoria, os membros trocaram informações sobre produtores associados, sobre a melhor organização da próxima festa, sobre a responsabilidade de cada associado para a festividade e sobre os produtores responsáveis pela comercialização dos peixes para o evento. Ressalta-se que na

assembleia, todos os associados têm voz ativa, opinando desde a escolha do local para a próxima viagem dos associados, bem como a data ideal, incluindo as esposas como detentoras de opinião, da entrada de novos associados para a entidade, da troca de informações sobre a produtividade, produtos, preço de comercialização, fornecedores entre outras. Neste aspecto, os técnicos tanto da Prefeitura quanto da EMATER, são bem importantes, os dois têm voz ativas nas reuniões, tanto de assembleia quanto de diretoria, auxiliando aos associados na tomada de decisão, além de incentivadores do associativismo entre os membros.

No que tange os benefícios compartilhados, identifica-se que todos os participantes da ação coletiva podem compartilhar dos recursos advindos da ação coletiva. Através da AQUIMAP, os associados têm acesso ao maquinário disponível para a limpeza e escavação de tanques; ao técnico contratado e cedido pela Prefeitura Municipal e a palestras e visitas técnicas custeadas pela entidade.

Em relação à liberdade de entrar e sair voluntariamente da ação coletiva, observou-se que existe a opção de participar ou não da ação coletiva. Quando optam pela entrada na associação, o interessado participa da próxima assembleia, sendo apresentado aos demais associados. Se o produtor for aceito pelos demais, poderá participar da associação, usufruindo dos benefícios que ela traz. Para isso, fará o seu cadastro e efetuará um pagamento anual, que está relacionado à quantidade de tanques escavados que possui para a produção de peixes. Caso contrário, se o produtor optar pela saída da ação coletiva, seja por qualquer motivo, não acarreta em qualquer tipo de custo, apenas deixará de receber os benefícios de participar da ação.

Finalmente a liderança foi relacionada como fundamental para que a iniciativa de cooperação tivesse êxito. Segundo Dolabela (2003) o empreendedor desenvolve o trabalho coletivo para que sensibilize as forças dos atores para a necessidade de cooperação. Além de atuar como um organizador do grupo, o líder pode ser um agente de persuasão. Segundo os dados coletados, a presença do líder é fundamental, para o início da associação, pois esse foi em busca de cada um dos associados para que a entidade pudesse ser criada. Buscando por meio do diálogo a motivação dos demais para participarem da ação coletiva. Além disso, o líder é quem motiva a participação dos produtores em reuniões, em eventos coletivos, em cursos profissionalizantes oferecidos, e em outras atividades conjuntas. Um grupo que tem a presença de um líder proeminente será atrativo para as pessoas que se identifiquem com as ações daquele líder.

De todas as variáveis apresentadas pela literatura, apenas os laços fortes/ fracos e a homogeneidade/heterogeneidade podem ser considerados desfavoráveis para a ação coletiva, uma vez que os laços são fortes, pois observou-se que os associados são amigos, parentes, e compartilham muitas informações, comuns e acessíveis a todos, ou seja, não agregam novas informações. Apresentando as-

sim, laços fortes, sendo a confiança visível. Observa-se também que o grupo é muito homogêneo, pois em sua maioria, são da mesma religião, além de acreditar em princípios parecidos. Fatores esses considerados desfavoráveis para a ação coletiva, no entanto, que não impactaram no sucesso do caso empírico em estudo. Observa-se também que apesar dos laços fracos que apresentam inovação, neste caso, mesmo apresentando laços fortes, a inovação existe e é considerável.

As demais variáveis foram positivas, mostrando que estes são fatores importantes para que uma ação coletiva se sustente ao longo prazo. Além disso, a presença do líder foi fundamental para que em momentos que a atividade estava em baixa os associados não desistissem da atividade.

O sucesso da AQUIMAP está associado a diversos fatores considerados fundamentais. Antes de a entidade ser fundada, a atividade da piscicultura não prosperou por esse motivo ela é considerada o marco para a produção de peixes da cidade. Além disso, a união entre os produtores depois da fundação da entidade é fundamental, pois antes, cada um produzia de sua maneira, não conseguindo alta produtividade, e nem retornos com a produção. A troca de experiências, a comunicação, a confiança que existem, são fatores fortemente observados na entidade. O associativismo entre os produtores, a presença forte da liderança, as políticas públicas e a tecnologia empregada se apresentaram como fatores marcantes para o sucesso da ação coletiva investigada.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ação coletiva é uma alternativa para os atores familiares de Maripá, que optaram pela produção de peixes. O que motivou esse estudo foi o de investigar uma iniciativa de cooperação em uma entidade que tivesse obtido êxito em longo prazo.

Em essência, a alternativa encontrada pelos produtores familiares de Maripá para o incremento de renda, foi a produção de peixes. No entanto, inicialmente, a atividade não era atrativa, pois a remuneração era baixa e a produtividade pequena. Mais tarde, com a criação da AQUIMAP, a realidade do município mudou, o associativismo passou a ser fundamental para a produtividade da cidade.

Cumpre destacar que a partir dos diferentes enfoques sobre a ação coletiva, apresentados pelos autores Olson, Ostrom, e Granovetter, foi realizado um levantamento das variáveis que podem ser responsáveis pelo sucesso ou falha de uma ação coletiva. Assim, buscou-se por meio dos diferentes enfoques sistematizar um conjunto de variáveis, utilizando-as em conjunto para a melhor explicação do desempenho da AQUIMAP. Ao considerar as três teorias, é importante destacar que não se esgotam aqui todas as contribuições da literatura, porém o objetivo do estudo foi o de investigar alguns aspectos que podem ter maior

impacto sobre o sucesso ou falha das iniciativas de cooperação. A sistematização das variáveis também se apresentou como redutora dos fatores apresentados pelos autores, possibilitando a união das parecidas, e reduzindo as variáveis do estudo.

De maneira geral, a AQUIMAP apresentou a maioria das variáveis como sendo positivas para o sucesso da ação coletiva em longo prazo. Esse resultado aponta que a disposição a cooperar, a reputação, grupo menor, a reciprocidade, a confiança, a comunicação, os benefícios compartilhados, a liberdade para entrar e sair do grupo e a liderança são positivos para a AQUIMAP. Logo, pode-se dizer que estão de acordo com a literatura apresentada.

Ainda vale frisar, que a presença do líder foi fundamental para o sucesso ao longo do tempo da AQUIMAP, pois observou-se que o líder é responsável pela organização dos produtores, ainda mais, ele é o responsável pela motivação dos produtores em participar da ação coletiva.

Neste aspecto, a única variável que se apresentou como negativa para a ação coletiva foi a homogeneidade/ laços fortes do grupo. De acordo com os autores, quando existe a presença de laços fortes e a homogeneidade, esse grupo não apresenta inovação, pois são caracterizados por relações que envolvem confiança e reciprocidade entre as pessoas. No entanto, apesar do grupo ser homogêneo, a inovação é relevante, pois os piscicultores buscam novas tecnologias para a produção, novas informações e novas oportunidades no mercado.

Esse resultado é muito importante, se considerado que a literatura apresentou dez variáveis como fundamentais para que uma ação coletiva se sustente em longo prazo.

Ademais, é fundamental destacar que a associação possibilita aos produtores que iniciativas coletivas sejam desenvolvidas, que são importantes para manter a sustentabilidade da ação coletiva. Dentre as iniciativas estão a Festa da Orquídea e do Peixe, o encontro dos piscicultores, o aperfeiçoamento técnico, visitas técnicas, a confraternização entre os associados. Esse resultado demonstra que a associação, é importante para que exista a troca de informações, o compartilhamento de conhecimento, e a análise conjunta dos problemas e das situações. Essa constatação conduziu ao entendimento do sucesso da ação coletiva em estudo.

Em resumo, a contribuição do estudo, foi a sistematização das variáveis propostas responsáveis pelo sucesso ou falha de uma iniciativa de cooperação horizontal em longo prazo. Nesse sentido, buscou-se por meio da investigação das variáveis, apresentar as que são influentes no sucesso ao longo do tempo da AQUIMAP.

Cumprir destacar que uma limitação do presente estudo se refere a utilização de apenas três teorias como base. Deixando, outras vertentes de fora de

estudo, no entanto, outras contribuições da literatura de cooperação horizontal, podem ser acrescentadas em estudos futuros.

REFERÊNCIAS

- ALCÂNTARA, F. H. C. Institucionalismo, racionalidade e solidariedade em cooperativas populares. In: HECKERT, S. M. R. (Org.). **Cooperativismo popular: reflexões e perspectivas**. Juiz de Fora: Editora UFJF, 2003.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Agribusiness Cooperativo. In: ZYLBERSZTAJN, D.; NEVES, M. F. (Org.). **Economia e gestão dos negócios agroalimentares**. São Paulo: Editora Pioneira, 2000.
- BORILLI, S. P. et al. Efetividade na aplicação de novas técnicas e a permanência no meio rural: um estudo das propriedades familiares dos alunos do Colégio Agrícola Estadual de Toledo. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 14, n. 1, p. 83-109, jan./jun. 2013.
- BORILLI, S. P.; DONIN, J. C. Inovação sócio-tecnológica de gestão na agricultura familiar para inserção no mercado: um estudo no município de Toledo-PR. **Revista Ciências Empresariais da UNIPAR**, Umuarama, v. 10, n. 2, p. 291-314, jul./dez. 2009.
- CÁRDENAS, L. Q. **Formação e o desenvolvimento de arranjos cooperativos sob a ótica da imersão social e da economia dos custos de transação**: um estudo de caso na Coopercam e na Unipesca. 2007. 145 f. Dissertação (Mestrado em Administração) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2007.
- CARNEIRO, E. F. **A administração rural no desenvolvimento da agricultura familiar**: Um estudo com os produtores rurais associados à Cooperativa Mista Agropecuária de Iranduba - COOAPIR. Dissertação (Mestrado em Agricultura e Sustentabilidade na Amazônia) - Universidade Federal do Amazonas, 2008.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.
- EMATER, **Piscicultura/ Maripá**: dados de 1993/2012. Maripá, 4 f. 2011/2012.
- GERARDI, L. H. O.; SALAMONI, G. Para entender o campesinato: a

contribuição de A. V. Chayanov. **Geografia**, Rio Claro, v. 19, n.2, p.123-140, 1994.

GRANOVETTER, M. The strength of the weak ties. **American Journal of Sociology**. [S.l.], v.78, n.6, p. 1360-1380, 1973.

_____ Economic action and social structure: the problem of embeddedness. **The American Journal of Sociology**. New York, vol. 91, n.3, p.481-510, 1985.

KLOTZLE, M. C. Alianças estratégicas: conceito e teoria. **Revista de Administração Contemporânea - RAC**, v.6, n. 1. Jan./Abr. 2002: 85-104.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br.html>> Acesso em: 15 dez. 2011.

LENZ, G. S. **Medição de desempenho**: uma proposta de sistema de avaliação de performance para redes horizontais de cooperação. Dissertação (Mestrado em Administração de empresas). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007.

MACHADO, R. T. M.; OLIVEIRA, V. C. S.; BARRA, G. M. J. O papel das associações de interesse privado no mercado cafeeiro brasileiro. **Revista de Gestão USP**, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 17-31, abr./jun. 2007.

MACHADO FILHO, C. P.; ZYLBERSZTAJN, D. **Ações coletivas**: o papel das associações de interesse privado no agribusiness. São Paulo, 1998. Disponível em: <http://www.fundacaofia.com.br/pensa/pdf/papers/ASSOC_NEI98.PDF>. Acesso em: 30 jul. 2012.

MALHOTRA, N. K. **Pesquisa de marketing**: uma orientação aplicada. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, 719 p.

RAUPP, I. D. **Redes de cooperação**: um estudo sobre a criação e captura de valor por produtores de hortaliças no Oeste do Paraná. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional e Agronegócio) – Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Toledo, 2012.

RICCIARDI, L.; LEMOS, R. J. **Cooperativa, a empresa do século XXI**: como os países em desenvolvimento podem chegar a desenvolvidos. São Paulo: LTr, 2000.

- NASSAR, A. M. **Eficiência das associações de interesse privado nos agronegócios brasileiros**. 234 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2001.
- NASSAR, A.; ZYLBERSTAJN, D. Associações de interesse no agronegócio brasileiro: Análise das estratégias coletivas. **Revista de Administração - RAVSP** São Paulo, v.39, n.2, p.141-152, abr./jun. 2004.
- OLAVE, M. E. L.; AMATO NETO, J. Redes de cooperação produtiva: uma estratégia de competitividade e sobrevivência para pequenas e médias empresas. **Gestão e Produção - UFSCAR** . v. 8, n. 3, p. 289-303, dez. 2001.
- OLSON, M. **A lógica da ação coletiva**: os benefícios públicos e uma teoria dos grupos sociais. São Paulo: Edusp, 1999. 201 p.
- OSTROM, E. Collective Action and Local Development Processes. **Sociologica**. Bologna, 2007.
- ORENSTEIN, L. **A estratégia da ação coletiva**. Rio de Janeiro: Revan, 1998.
- SACHS, I. **Inclusão social pelo trabalho**: desenvolvimento humano, trabalho decente e o futuro dos empreendedores de pequeno porte. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.
- SAES, M. S. M.; FARINA, E. M. M. Q. Associação Brasileira da Indústria de Café – Abic Ações conjuntas e novos desafios frente a reestruturação de mercado. In: **VIII Seminário Internacional Pensa de Agribusiness**, 1998.
- SOUZA, J. A. P. L. L. **Estudos de impactos sociais, econômicos e ambientais, ocasionados pela piscicultura em tanques-rede na região de Paulo Afonso – BA**. 131 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Tocantins. 2006.
- SCHMIDT, C. M. **Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale dos Vinhedos**. 170 f. Tese (Doutorado) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2010.
- YIN, R. K. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.